



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-IH

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A AÇÃO DIPLOMÁTICA PELA PAZ NA GUERRA DO CHACO

GABRIELLA DE CASTRO PIRES

BRASÍLIA – 2018

GABRIELLA DE CASTRO PIRES

“Trabalho de Conclusão de Curso” apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em História”

Orientador: Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

DATA DA DEFESA:

26/06/2018

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

Prof. Ms. Pedro Henrique Soares Santos

BRASÍLIA – 2018

ÍNDICE

Resumo/ Abstract.....	5
Introdução.....	6
I) A guerra e a delimitação das fronteiras	
1.1. A guerra na América Latina.....	7
1.2. Tratados de Limites na região do Chaco.....	9
1.3. Cenário do Pré-Guerra.....	12
II) A Guerra	
2.1. A Guerra antes da declaração formal.....	16
2.2. A declaração de guerra.....	19
2.3. A continuação do conflito.....	21
2.4. O fim dos combates armados.....	23
III) Atuação da diplomacia internacional no Chaco	
3.1. Dificuldades da busca pela paz.....	29
3.2. Hostilidade diplomática entre os beligerantes e o petróleo.....	30
3.3. A busca por hegemonia política na América Latina..	31
3.4. A rivalidade entre Brasil e Argentina.....	32
Conclusão.....	34
Referências bibliográficas.....	38

“A história mostra-nos que não se aprende com o passado. Que o fato de conhecer as nossas origens, o nosso percurso não faz de nós o que somos nem nos orienta no que seremos. Não é pelo fato de conhecermos o passado que melhoramos o futuro. Não é porque se cometeram erros que os mesmos não se repetirão. No entanto o reconhecimento desses fatos, o revisitar tempos e situações pelos quais a humanidade passou, contribui para que saibamos que nada é eterno. As crises sucedem-se, mas passam. Outras virão, é certo, mas também essas serão ultrapassadas, com mudanças.”

Adelina Antunes¹

¹ Trecho disponível no sítio eletrônico: <http://mosqueteirasliterarias.comunidades.net/o-papel-do-historiador>

RESUMO

A Guerra do Chaco (1932 – 1935) entre o Paraguai e a Bolívia promoveu um número significativo de baixas e impulsionou as relações diplomáticas de alguns países do continente latino-americano a participarem das negociações. Neste trabalho procura-se analisar as atuações diplomáticas que buscaram a paz, durante e após o conflito armado. Pesquisou-se em trabalhos historiográficos, elementos que explicassem o fracasso das relações diplomáticas e a demora da consolidação da paz, que se concretiza apenas em 1938, analisando a ineficiência da atuação da Liga das Nações e das Comissões de Paz que atuaram no conflito na região.

Palavras-chave: Guerra do Chaco, relações internacionais, diplomacia latino-americana, Paraguai, Bolívia.

ABSTRACT

The Chaco War (1932 – 1935) between Paraguay and Bolivia promoted a significant number of casualties and encouraged the diplomatic relations of some Latin American countries to participate in the negotiations. This paper analyzes the diplomatic actions that sought peace, during and after the armed conflict. Through historiographical work, were analyzed elements that explain the failure of diplomatic relations and the delay of the consolidation of the peace that materialized only in 1938. During the research was realized the inefficiency of the action of the League of Nations and of the Commissions of Peace that acted in the conflict in the region.

Key-words: Chaco War, international relations, Latin-American diplomacy, Paraguay, Bolivia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo a construção de uma narrativa histórica com base em trabalhos historiográficos e documentos oficiais sobre a Guerra do Chaco, para elucidar os acontecimentos militares que levaram a ocorrência das mais diversas respostas diplomáticas no âmbito internacional. A partir da elaboração da narrativa, foi realizada uma análise dos resultados dessas respostas dos organismos internacionais e da forma como essas consequências dos acontecimentos militares se sucederam. Analisou-se a participação de outros países latino americanos (como o Brasil e a Argentina, por exemplo) e como a atuação desses influenciou o andamento das relações internacionais associadas ao conflito no território chaqueño.

Procurou-se estabelecer uma ordem cronológica dos fatos, isto é, demonstrar as atividades militares mais significativas para a estruturação dos argumentos e quais as suas consequências no contexto internacional e em certas decisões diplomáticas. A utilização dessa metodologia de escrita se justifica pelo fato de que uma narrativa cronológica dos fatos facilita o entendimento para o leitor, além de criar um texto mais claro e consistente, sem evidenciar um único fato sendo narrado duas vezes, o que poderia dificultar a compreensão.

Tentou-se analisar as ocorrências militares e a elaboração das políticas internacionais de organizações e países da forma mais imparcial possível, sem a atribuição de juízos de valor para nenhuma parte envolvida no conflito. Mesmo assim, buscou-se a construção de um pensamento crítico das negociações sobre a paz durante e no fim da guerra. Dessa forma foi possível averiguar quais as ações contribuíram para um ambiente pacífico e quais as ações promoveram a continuação do conflito da Guerra do Chaco.

Já a parte da narrativa que analisa a atuação das diplomacias brasileira, argentina e norte-americana foi tratada isoladamente no terceiro capítulo desta monografia. Isso se processou devido às particularidades deste tema, que mais diz sobre o exercício da política externa desses países e não está conectado intrinsecamente aos acontecimentos militares da Guerra do Chaco. O estudo das influências políticas desses países reflete na condução diplomática pela paz e, embora não conectado intrinsecamente aos acontecimentos militares, retardam as discussões e demonstram a complexidade da política internacional existente no período da Guerra do Chaco.

I) A GUERRA E A DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS

Os conflitos armados se mostram constantes na história da humanidade e espalhados durante todo o tempo histórico. A realidade da América Latina não poderia ser diferente, principalmente se levarmos em conta que várias das fronteiras territoriais de cada Estado foram definidas por conflitos armados, após o período das independências no século XIX. A Guerra do Chaco é uma clara consequência da dificuldade de delimitações de fronteiras por questões geográficas e diplomáticas, que reflete num conflito armado na década de 30 do século XX.

1.1 A GUERRA NA AMÉRICA LATINA

As formações dos Estados Nacionais na Era Moderna estão relacionadas a conflitos armados. Entende-se que a experiência da guerra se mostrou como base estrutural para determinar fatores importantes e necessários para a constância da estabilidade interna estatal, como as estruturas de autoridade, a capacidade administrativa, a legitimidade e os níveis de inclusão.² A partir deste ponto de vista analítico, entende-se que mesmo os conflitos armados sendo situações que deveriam ser evitadas a todo custo, alguns resultados poderiam ser extraídos desses acontecimentos passados. Mesmo assim, é fundamental que se perceba que o conflito armado não se constitui como a única maneira de alcançar elementos necessários para a estabilidade interna de um Estado Nacional e que também não deve ser tido como meio ou fim.

Se compararmos os conflitos armados que ocorreram na América Latina com os que se deram na Europa durante os séculos XIX e XX, percebe-se não só a diferença em suas quantidades, mas também em suas gravidades. Nenhuma guerra latino-americana se compara à Primeira ou Segunda Guerra Mundiais, únicas no cenário europeu. De acordo com Antônio Mitre, só três conflitos latino americanos podem ser considerados grandes, em função da participação de exércitos

² MITRE, ANTONIO. *Ligações perigosas: Estado e Guerra na América Latina*. Working Paper nº 7. In: Plataforma Democrática. Julho de 2010, p. 2.

convencionais, impacto territorial, tempo de duração e número de vítimas: a da Tríplice Aliança, a Guerra do Pacífico e a Guerra do Chaco.³

A dificuldade na delimitação das fronteiras dos países que se dividem na região do Chaco iniciou-se em 1852. A questão agravou-se logo no final da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), guerra na qual o Paraguai enfrentou a Argentina, o Brasil e o Uruguai. Após a Guerra da Tríplice Aliança, a Argentina e o Paraguai – que disputavam diplomaticamente a soberania da região – decidiram levar a questão à arbitragem do Presidente norte-americano Rutherford Hayes, para a deliberação da querela em 1878. Ele decidiu a favor do Paraguai, obrigando a Argentina a retirar-se do território e essa zona territorial no Chaco, alvo da arbitragem, passou a ser conhecido como *Zona Hayes*.⁴ Na época, a Bolívia interpelou como terceiro interessado, mas nada resultou da tentativa de interferência na arbitragem.

As consequências da Tríplice Aliança para o Paraguai – que saiu derrotado desta guerra – causaram um colapso nas esferas econômicas e sociais. Uma das saídas para a difícil crise no período foi a venda massiva de terras públicas paraguaias para estrangeiros, o que permitiu a entrada de uma significativa quantidade de especuladores e investidores argentinos,⁵ que já se demonstravam interessados na região.

A discussão sobre os limites do território chaquenho foi retomada no ano seguinte, dando origem ao primeiro acordo entre a Bolívia o Paraguai sobre a região, em 1879:

Acreditou-se que havia chegado o momento de dividir o Chaco mediante uma transação amigável, alheia a considerações sobre melhor direito, a fim de empreender de uma vez a postergada conexão viária e abrir novas oportunidades comerciais para os dois países (YEGROS, 2013, p. 112).

³ Ibid., p. 4.

⁴ SILVEIRA, Helder Gordim da. *A visão militar brasileira da Guerra do Chaco: projeção geopolítica e rivalidade internacional na América do Sul*. Antíteses, vol 2, n.º. 4. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil, 2009, p. 4.

⁵ YEGROS, Ricardo Scavone. *História das relações internacionais do Paraguai*. Liliana M. Brezzo, Coleção: Relações Internacionais: FUNAG, Brasília, 2013, p. 105.

E assim se inicia um longo e tortuoso período de tentativas diplomáticas para elaboração de um tratado de delimitação das fronteiras no território chaqueño.

1.2 TRATADOS DE LIMITES NA REGIÃO DO CHACO

A assinatura do primeiro tratado entre o Paraguai e a Bolívia sobre a região do Chaco Boreal foi realizada pelo ministro boliviano Dr. Antonio Quijarro e o chanceler paraguaio Sr. José Segundo Decoud. O Paraguai concedeu o território perto de Bahia Negra e aceitou em troca o território da parte sul chaqueña até o Rio Pilcomayo em 15 de outubro do ano de 1879.⁶ Em 1881 (já passado o prazo para ratificações internas nos respectivos países), o congresso boliviano o validou com a condição de que se negociasse um porto na margem do Rio Pilcomayo. O Congresso paraguaio não ratificou o tratado, por já ter a segurança de que era detentor de todo o território do Chaco Boreal até a Bahia Negra.

Os dois países já apresentavam dificuldades para a fixação de um acordo e a situação se complicou mais ainda no ano de 1885. O empresário boliviano Miguel Suárez Arana solicitou autorização para construir um porto sobre o Rio Paraguai num lugar à 10 quilômetros ao sul da Bahia Negra, onde deu o nome de Porto Pacheco. As autoridades paraguaias se sentiram ameaçadas e resolveram ocupar militarmente toda a costa de Bahia Negra.

O segundo tratado entre a Bolívia e o Paraguai foi assinado em 16 de fevereiro de 1887. Decidiu-se levar o território em litígio à arbitragem do Rei Leopoldo II da Bélgica: como feito anteriormente com a região que ficou conhecida como *Zona Hayes*. O território ao norte e oeste dessa área em arbitragem corresponderia à Bolívia, e a parte sul, ao Paraguai. A realidade desta década era diferente em relação a década passada, pois já havia iniciado o processo de compra das terras públicas paraguaias do território chaqueño por investidores argentinos. Essa região passava a ser cada vez mais militarizada e também passou a ser importante econômica e politicamente, devido aos seus novos proprietários – estreitando a relação entre o Paraguai e a Argentina.

⁶ YEGROS, 2013, p. 113.

Em novembro de 1887, o congresso da Bolívia ratificou o segundo tratado formulando novas sugestões que correspondiam à modificação das premissas do próprio tratado. Cada país defendia seu direito pela extensão total do território do Chaco utilizando-se de fundamentos do direito internacional e de argumentos com base na própria condução política doméstica de cada país. Os representantes paraguaios negavam a necessidade boliviana de um porto inscrito no sistema fluvial do Rio da Prata e fundamentaram seu direito pelo *uti possidetis*⁷ sobre a região. Assim, o congresso paraguaio protelou a discussão sobre a ratificação do tratado até 1890.⁸

O terceiro tratado foi assinado a partir das discussões diplomáticas impulsionadas pelo boliviano Telmo Ichaso com o chanceler paraguaio Gregorio Benites. Esse novo tratado de limites foi assinado em 23 de novembro de 1894, não foi ratificado por nenhum dos dois países e obteve pouquíssimo apoio. O Paraguai estava incorporando, pouco a pouco, boa parte do Chaco ao seu sistema governamental administrativo, inclinando-se cada vez menos à uma renúncia de qualquer parte do território. A Bolívia passava a mostrar-se cada vez mais obstinada a não deixar seu vizinho tomar conta do seu lugar de procedência.⁹

Com chegada do século XX, a questão do Chaco passou a ser pensada a partir de uma solução militar por parte dos países que disputavam diplomaticamente a região. Em 1905, a ação diplomática boliviana, por exemplo, foi complementada por ações militares e de ocupação para a colonização do território em disputa.¹⁰ A Bolívia fundou dois postos militares na margem do Rio Pilcomayo que deu lugar a um protesto do governo paraguaio. Um quarto tratado foi firmado em 12 de janeiro de 1907 – tratado chamado de Pinalla-Soller – no qual tanto a Bolívia quanto o Paraguai acordaram em submeter uma determinada área da região à arbitragem do governo argentino. Porém, Cano e Domínguez – os dois responsáveis por cumprir o acordo com a elaboração de um tratado formal de

⁷ De acordo com o Manual de Linguagem Jurídico-Judiciária, o termo em latim *uti possidetis* relaciona-se ao estabelecimento do direito de um Estado a determinado território, fundado na posse efetiva e prolongada, independentemente de qualquer outro título (Manual de Linguagem Jurídico-Judiciária; 6ª Edição. Estado do Rio Grande do Sul; Poder Judiciário – Tribunal de Justiça; Porto Alegre, jul. 2005, p. 133).

⁸ YEGROS, 2013, p. 118.

⁹ ZOOK, Capitán David H Jr. *La Conducción de la Guerra del Chaco*. Editorial El Lector. Paraguai, 1997, p. 124.

¹⁰ Para mais informações, observar YEGROS, 2013, p. 122.

arbitragem – não chegaram à um acordo e a morte inesperada de Cano acabou com o projeto.

Por mais que o acordo de 1907 não tivesse resultado em alguma mudança prática na organização política e militar, o governo paraguaio baseou a defesa de sua tese argumentando sobre um determinado artigo presente nesse documento, que afirmava que os dois países se comprometiam a não avançar posições. Isso ficou conhecido posteriormente como a manutenção do *status quo*¹¹ de 1907 e seria a partir de então, um aspecto essencial da política externa do Paraguai à respeito ao conflito no Chaco.¹² O Paraguai usaria por diversas vezes nas reuniões diplomáticas o artifício do *status quo* de 1907 para defender seu direito sobre o território e para evitar que a Bolívia avançasse com tropas militares.

Em abril de 1913 um novo protocolo foi firmado. Esse acordo dava um prazo de dois anos para que pudesse ser elaborado um tratado definitivo de limites. No decorrer deste prazo, foi acordado que todos os acordos elaborados anteriormente estavam anulados e seguiria em vigência o *status quo* estabelecido pelo acordo de 1907.¹³ O prazo para elaboração de um tratado definitivo foi prorrogado até 1918 e então, adiado com data indefinida.

Os argumentos bolivianos nas negociações procuravam demonstrar que o direito da Bolívia se derivava da sua condição de herdeira da Audiência de Charcas¹⁴ e ocasionavam, por sua vez, o fenômeno do *uti possidetis*¹⁵ de 1810.¹⁶ Os representantes bolivianos também afirmavam que

la corona, en repetidas ocasiones, había considerado al Chaco Boreal como sometido a la jurisdicción de la Audiencia de Charcas, y claramente estaba dentro de su jurisdicción cuando caducó el poder imperial (ZOOK, 1997, p. 30).

Já o Paraguai insistia que o direito de posse da região era seu por

¹¹ De acordo com o Manual de Linguagem Jurídico-Judiciária, o termo em latim *status quo* relaciona-se com o estado em que se acha ou achava determinada questão ou situação. (2005, p. 134).

¹² YEGROS, 2013, p. 123.

¹³ O acordo de 1907 que se faz referência é o Pinalla-Soller. O *status quo* nesse caso eram as posições geográficas que cada país ocupava naquele momento – 1907 – e o compromisso de não avançar posições.

¹⁴ A Audiência de Charcas era o órgão jurídico-administrativo mais importante da Coroa Espanhola na zona conhecida como Alto Peru. Foi parte do Vice-Reino do Peru e depois do Vice-Reino do Rio da Prata. Teve sua sede na cidade de La Plata (ou Sucre), atualmente correspondente à Bolívia.

¹⁵ Corresponde ao direito de um Estado a determinado território. Ver nota de rodapé nº 7 da página 10 deste presente trabalho.

¹⁶ Bolívia clamava o *uti possidetis* de 1810 pois foi nesse ano que o Vice-Rei do Peru anexou a Audiência de Charcas a seu território, o que posteriormente deu origem ao que se conhecia como Bolívia.

descobrimiento e conquista, por uma continuada posse desde o início do regime colonial. Concordava que o princípio do direito internacional aplicável na situação era o do *uti possidetis*, mas que ele só valeria se fosse acompanhado de uma ocupação física do local.¹⁷

1.3 CENÁRIO DO PRÉ-GUERRA

O início da década de vinte foi mais complicado ainda do que as tentativas de acordo anteriores por causa da progressiva ocupação militar do território em disputa pelos dois países.¹⁸ Diante do cenário conturbado, a Argentina ofereceu ajuda em 1924 através de uma oferta de bons ofícios com o objetivo de buscar um acordo sobre as linhas do *status quo* ainda de 1907.

Antes da oferta de ajuda ser posta em prática, um acontecimento mudou a direção das decisões tomadas em relação ao território chaquenho. Em 25 de fevereiro de 1927, um oficial e três soldados paraguaios apareceram no Fortim Sorpresa – fortim boliviano localizado na margem no Rio Pilcomayo (ver Figura 1 abaixo) – e esses foram detidos pelo capitão boliviano que comandava o posto. O tenente paraguaio tentou fugir, mas acabou morrendo durante a tentativa. Esse episódio demonstrou que o Chaco era potencialmente um barril de pólvora.¹⁹

¹⁷ Para mais informações, observar ZOOK, 1997, p. 30.

¹⁸ YEGROS, 2013, p. 133.

¹⁹ ZOOK, 1997, p. 40.



Figura 1: mapa com os fortins utilizados pelo Paraguai e Bolívia durante a guerra do Chaco. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paraguay_-_副本.png

Depois desse incidente, as tentativas de negociações iniciadas pela oferta de ajuda argentina em 1924 foram retomadas. Outro protocolo que tratava sobre a necessidade de criação de uma zona determinada de comum acordo que deveria ser objeto de um tribunal arbitral foi elaborado, sem nenhum resultado de fato.

Acabou-se tendo conhecimento de que a Bolívia comprava armas e seu Ministério da Guerra trabalhava para melhorar os caminhos chamados de “rotas de penetração” no território chaquenho, o que alarmou os paraguaios. Com essas justificativas, o Paraguai passou a também adquirir armamentos com a ajuda argentina. A Argentina demonstrava interesse na região devido a dois principais

fatores: o primeiro surgia da quantidade de terras que pertenciam a investidores argentinos que foram compradas por eles no final do século XIX; o segundo relacionava-se a um objetivo da política externa argentina, que buscava abertamente tornar seu país uma figura de influência dentro do cenário da América Latina.²⁰

Foi nesse cenário que a Conferência de Buenos Aires iniciou seus trabalhos em setembro de 1927, reunião proposta pela diplomacia argentina para tratar sobre o conflito no território do Chaco. O observador argentino Dr. Isidoro Ruiz Moreno sugeriu que o Paraguai aceitasse a arbitragem da região determinada, a desmilitarização dos fortins e que as posições militares daquele ano fossem recuadas. A Conferência teve seus trabalhos terminados em julho de 1928 sem perspectivas de uma solução plausível.²¹

Em dezembro de 1928, uma infantaria paraguaia atacou e destruiu o fortim boliviano Vanguardia (ver localização na Figura 1), capturou dois oficiais e 19 soldados, matou 5 pessoas e perseguiu mais 17 que fugiram. A investida foi feita por parte do Major Franco e acredita-se que ele a executou sem conhecimento do governo paraguaio. Esse episódio levou ao fim as relações diplomáticas entre os dois países e teve repercussão nos jornais internacionais da época. Sem ainda ter uma declaração de guerra de fato²², esse acontecimento é considerado o início das hostilidades armadas que levaram Guerra do Chaco, por alguns autores.

Embora já presente um embate militar, os dois países sabiam que não estavam preparados para se enfrentar em uma guerra armada por despreparo bélico e logístico. Por isso, deixaram que a Comissão de Investigação e Conciliação, que estava reunida em Washington trabalhasse para ganhar tempo e firmasse um novo acordo (comissão instaurada em uma Conferência Internacional em 1928 para analisar os incidentes no Chaco²³). Foi decidido que o Paraguai deveria reconstruir

²⁰ Para mais informações, observar DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *As Políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa Boliviano-Paraguaia pelo Chaco (1926-1938)*. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000, p. 4 e 6.

²¹ O motivo do fim da Conferência de Buenos Aires sem perspectivas de uma solução se encontra em ZOOK, 1997, p. 43.

²² Com a expressão “guerra de fato”, busco elucidar o fato de que não há, até este momento, uma declaração formal de guerra entre os dois países.

²³ SILVEIRA, Helder Gordim da. *Argentina X Brasil: A questão do Chaco Boreal*. Coleção História, 16. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997, p. 105.

o fortim Vanguardia e que a Bolívia deveria devolver o fortim Boquerón que havia tomado. Dessa forma, se estabeleceu o *status quo* anterior (de 1928), juntamente com as relações diplomáticas que haviam sido suspensas.

Os preparativos militares mais uma vez se intensificaram e a chegada de armamentos da Itália graças ao apoio argentino com destino final o Paraguai, acabou por suspender mais uma vez as relações diplomáticas. Foi estabelecida em abril de 1931 uma Comissão de Neutros em Washington para a discussão de um Pacto de Não-Agressão que buscava regularizar o *status quo*: Bolívia procurava legitimar o da época (1931) e o Paraguai, o de 1907, cada país buscando se beneficiar-se do princípio adotado. Da mesma forma que anteriormente, nenhum acordo foi firmado e, mais uma vez, as negociações de paz não surtiram efeito.

A guerra do Chaco estava cada vez mais perto de ser declarada. As diversas tentativas para as mais diferentes soluções diplomáticas falharam todas as vezes desde 1852. A incapacidade de alcançar um acordo era produto de diversos fatores, como: a determinação dos dois países de possuir o Chaco, a crença de que com a demora das decisões seria mais fácil conquistar suas vontades e a ideia de que as soluções militares seriam suficientes para a construção de uma aspiração nacional.²⁴ A controvérsia diplomática em torno do Chaco Boreal levou à ocupação militar do território e predis pôs a opinião pública de ambos os países para a opção bélica.²⁵

²⁴ ZOOK, 1997, p. 68.

²⁵ YEGROS, 2013, p. 139.

II) A GUERRA

A intensificação dos preparativos militares levou a uma maior regularidade dos ataques armados de ambos os exércitos – bolivianos e paraguaios –, levando à declaração da Guerra. Nesse período – desde os primeiros incidentes até a declaração da guerra – os países interessados no conflito se reuniram algumas vezes para discutir sobre o possível fim das hostilidades, até que a guerra acabou, não por pressões internacionais, mas pelo esgotamento militar dos países beligerantes.

2.1 A GUERRA ANTES DA DECLARAÇÃO FORMAL

Antes dos conflitos armados, 4 tratados sobre a territorialidade local foram escritos e nenhum deles teve êxito, foram eles: Tratado Decoud – Quijarro (1879), Tratado Aceval – Tamayo (1887), o Tratado Benites – Ichazo (1894) e Pinalla – Soller (1907). O objetivo desses tratados era chegar a uma solução formal sobre os limites territoriais para evitar futuros conflitos e impulsionar o comércio bilateral. Objetivo esse que não foi acatado pelas autoridades responsáveis por ratificá-los e nem pela opinião pública.²⁶

Depois do incidente de 1927, no fortim Sorpresa²⁷ e do incidente de 1928, em Vanguardia, a Conferência Internacional Americana de Conciliação e Arbitragem²⁸, que estava reunida em Washington, foi designada para estabelecer um acordo de paz, mas os preparativos militares, ao invés de sanados, se intensificaram. O Paraguai passou a se comportar como se estivesse enfrentando um estado de guerra. Foram realizados numerosos contratos de compras de armamentos, desde aviões até tecidos para uniformes militares. Em um ambiente belicoso, o Paraguai traçou uma estratégia pensando em um conflito armado no futuro próximo, utilizando-se da imensidão do território em litígio, que apresenta condições difíceis para o transporte e deslocamento militar:

“Se necesitaba un esfuerzo organizado de consolidación; había que unir los fortines con caminos y líneas telefónicas; había que tener estaciones emisoras y receptoras de radio, aunque no perseguía específicamente una

²⁶ VARGAS, Celia Analía Borba. Mediación de la Liga de las Naciones en la Guerra del Chaco: una aproximación a las explicaciones de su fracaso. Universidad de Brasília, Programa de Posgrado en Relaciones Internacionales: XVII Curso de Especialización en Relaciones Internacionales. Brasília, 2016, p. 5.

²⁷ O acontecimento está narrado na página 12 deste presente trabalho.

²⁸ Também chamada de Comissão dos Neutros. Exemplo: VARGAS, 2016, p. 9;

expansión, el Paraguay trataba así de retener la iniciativa sobre el enemigo.”(ZOOK, 1997, p. 65).

Afim de atrasar as tropas bolivianas, foi preciso o Paraguai estabelecer uma ocupação territorial, colocando a estratégia descrita acima em prática. Foi buscando novos locais para assentamento e desbravando a região que soldados paraguaios encontraram uma lagoa e ocuparam-na, com a justificativa de que ela seria de grande importância militar (a região era muito árida e a lagoa serviria como posto de abastecimento para as tropas). Fundou-se o fortim paraguaio Carlos Antonio López, na margem da lagoa Pitiantuta, em 13 de março de 1931 (ver localização na Figura 1, p. 12). A Bolívia descobriu que a lagoa tinha sido ocupada com a construção do fortim e ordenou que este fosse conquistado por seus homens. Os paraguaios fugiram, não houve combate direto e a Bolívia ficou com o fortim para si.

Por causa da falta de decisão dos países que compunham a Comissão (encarregados de encontrar uma solução pacífica para o desentendimento), o presidente paraguaio Estigarribia ordenou então retomar militarmente o fortim localizado na lagoa Pitiantuta a qualquer preço.²⁹ No dia 15 de julho, o Paraguai atacou com 388 homens para recuperá-lo e, com o passar dos dias, o conflito aumentou e cada vez mais homens eram mobilizados para compor os exércitos.³⁰ O Paraguai então, para desequilibrar o exército boliviano que estava concentrado em Carlos Antonio López, atacou outros fortins que estavam na posse dos bolivianos e, dessa forma, desarticulou as forças militares bolivianas que suspendeu suas operações.

Em 3 de agosto de 1932, os países latino-americanos se reuniram e declararam que não reconheceriam nenhuma conquista territorial por meios não-pacíficos (ou seja, não reconheceram a tomada da posse dos fortins relacionados às batalhas anteriores). “O Paraguai aceitou submeter as questões controversas a arbitragem, enquanto a Bolívia respondeu que buscava no Chaco apenas o que lhe pertencia”³¹, tomando uma posição defensiva nas reuniões diplomáticas.

Conforme o tempo foi passando, os países foram buscando maneiras de desenvolver seu exército de forma a se prepararem para a guerra. Em 1932 houve a promulgação de uma lei pelo Congresso boliviano que previa um imposto fixo de 1%

²⁹ ZOOK, 1997, p. 69.

³⁰ Ibid., p. 72.

³¹ DORATIOTO, 2000, p. 9.

sobre todo o capital investido na Bolívia, como uma contribuição para seus propósitos de guerra.³² O Paraguai também se preparava: acreditava-se que a Bolívia preparava um ataque militar em grande escala, o que fez com que os paraguaios organizassem uma ofensiva a vários postos militares bolivianos

O primeiro ataque dessa primeira ofensiva paraguaia na Guerra do Chaco tinha como objetivo recuperar o fortim Boqueron, considerado o ponto mais forte da presença boliviana (ver localização na Figura 1). Para tomar o posto que havia sido ocupado pelo exército boliviano, a estratégia militar procurava isolar o fortim de possíveis bases de apoio³³, excluindo qualquer forma de abastecimento das tropas. De acordo com Zook, o Paraguai era logisticamente superior à Bolívia por serem mais curtas suas linhas de abastecimento e de comunicações e, portanto, mais eficientes.³⁴ As tropas bolivianas acabaram por renderem-se e a vitória do Paraguai sobre a Bolívia nesse fortim específico deu a suas tropas uma grande vantagem psicológica.³⁵ Além dessa vantagem, a vitória paraguaia causou uma crise na sustentação do poder político do presidente boliviano Salamanca.

Além da batalha que deu ao Paraguai novamente a posse do fortim Carlos Antonio López, os exércitos beligerantes também lutaram nos arredores das fortificações de Yucra, Lara, Castillo e Ramírez que caíram todos sob o controle de seus assaltantes – os paraguaios – entre os dias 7 e 12 de outubro, com o objetivo de isolar as tropas bolivianas e retardar suas comunicações. Em 23 de outubro de 1932, o exército paraguaio incendiou o fortim Arce, que era o último ponto daquele local a ser conquistado pela estratégia inicial construída pelo então militar Estigarribia.³⁶ Depois disso, foram parar ainda nas mãos paraguaias os fortins Alihuata, Platanillo e Falcon.³⁷

Durante os conflitos armados de setembro e outubro de 1932, a Comissão dos Países Neutros tentou, por algumas vezes, evitar as batalhas e promover uma resolução pacífica para o desacordo. Infelizmente, em 30 de dezembro de 1932, os

³²Telegrama 824.512/47: The Minister in Bolivia (Feely) to the Secretary of State. La Paz, September 7, 1932. Disponível em: <http://digioll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS/FRUS-idx?type=browse&scope=FRUS.FRUS1>

³³ SANTOS, Pedro Henrique Soares. *O Paraguai na Guerra do Chaco (1932-1935)*. Noctua: Revista de História, nº 5, 2012, p. 5.

³⁴ ZOOK, 1997, p. 93.

³⁵ Ibid., p. 102.

³⁶ Ibid., p. 107.

³⁷ SANTOS, 2012, p. 6.

Países Neutros admitiram a incapacidade de viabilizar uma decisão que amenizasse as ameaças e cessasse os conflitos.³⁸

Em dezembro de 1932 o General alemão Hans Kundt assumiu o poder das forças armadas bolivianas, fazendo surgir na Bolívia a crença de que apenas sua presença seria suficiente para assegurar a vitória.³⁹ Desde o início, seu principal objetivo era conquistar Nanawa (ver localização na Figura 1) e o ataque finalmente foi realizado em 19 de janeiro de 1933. A estratégia utilizada por Kundt era de atacar pela frente, mandando ondas sucessivas de soldados⁴⁰, mas as constantes perdas nos campos de batalha levaram a Bolívia a se deparar com outra derrota militar e moral.

2.2 A DECLARAÇÃO DE GUERRA

Em fevereiro de 1933, representantes diplomáticos do Chile e da Argentina participaram de uma reunião internacional que resultou na Ata de Mendoza. Esse documento tratava principalmente de assuntos econômicos entre os países da região, mas também continha um artigo que buscava pôr fim à guerra por meio de uma mediação. Esse tratado abordava, por exemplo, a retirada das tropas dos dois países beligerantes da margem do Rio Paraguai.⁴¹ O governo boliviano sustentou que o documento promovia uma injusta disposição das forças militares e o Paraguai se mostrou acessível à trégua. Como anteriormente, essa tentativa pacífica de se chegar à uma solução negociada para o conflito não teve resultados concretos. Com o fracasso da Ata de Mendoza, o presidente Ayala declarou a República paraguaia em estado de guerra com a Bolívia.⁴²

A declaração do estado de guerra pelo presidente paraguaio pode ser interpretada de várias formas e há uma série de fatores, além da ata de Mendoza, que levaram Eusébio Ayala – o presidente paraguaio – a declarar a guerra formalmente. Acreditou-se que o estado de guerra faria a Argentina, Brasil e o Chile fecharem suas fronteiras e cessar a passagem de armamentos para a Bolívia, enfraquecendo-a, impedindo o descarregamento de grandes encomendas bélicas vindas da Europa que

³⁸ ZOOK, 1997, p. 116.

³⁹ Ibid., p. 128.

⁴⁰ SANTOS, 2012, p. 8.

⁴¹ Para mais informações, observar ZOOK, 1997, p. 135.

⁴² ZOOK, 1997, p. 141.

seriam entregues para a Bolívia.⁴³ Imaginou-se também que a Argentina declararia uma neutralidade simpática ao Paraguai e restrita à Bolívia

Algumas das consequências diretas da declaração de guerra foram as declarações de neutralidade dos países vizinhos, como o Brasil, Peru e Argentina. A Argentina atendeu as expectativas paraguaias e adotou uma neutralidade simpática para com Paraguai. O apoio argentino fez-se presente durante a guerra, e foi motivado por aquela região ser importante para a Argentina por questões domésticas e também em termos geopolíticos. Isso acabou levando a política externa Argentina a defender discretamente os interesses paraguaios⁴⁴, através da busca pela manutenção do *status quo* de 1907.⁴⁵ Esse apoio argentino pode ser exemplificado pelos empréstimos para os paraguaios poderem realizar compras de armamentos e pela liberação para o trânsito deles no porto de Buenos Aires durante o conflito, por exemplo.⁴⁶

Assim que governo paraguaio declarou o estado de guerra, o governo boliviano apelou para a Liga das Nações. Desse modo, foi acrescentada outra força internacional para atuar no conflito do território chaquenho.

Além dos motivos que levaram a declaração já citados, o presidente do Paraguai “se indignava com o que ele interpretava ser a indiferença internacional para com as perdas humanas no conflito”.⁴⁷ Foi com a intenção de chamar a atenção no âmbito diplomático internacional para o conflito no Chaco que a declaração de guerra foi elaborada, forçando os demais países a se posicionarem sobre ele. Até aquele momento, nenhum dos dois países (Paraguai e Bolívia) havia de fato declarado estado de guerra para evitar ser considerado o responsável⁴⁸ pelo conflito, pelas baixas e pelas consequências da Guerra do Chaco.⁴⁹

Embora a Bolívia tenha iniciado as operações militares que levaram à Guerra na região do Chaco, não foi ela a responsável por levar à frente a declaração de guerra formal. É sabido que a Bolívia não declarou a guerra para evitar ser

⁴³ ZOOK, 1997, p. 142.

⁴⁴ Para mais informações, observar ZOOK, 1997, p. 49.

⁴⁵ Sobre o *status quo* de 1907, nota de rodapé nº 11 da p. 11 deste presente trabalho.

⁴⁶ Para mais informações, observar ZOOK, 1997, p. 142 e 221.

⁴⁷ DORATIOTO, 2000, p. 9.

⁴⁸ Sobre a responsabilidade internacional, podemos dizer que corresponde à responsabilidade de reparação que tem o Estado pela prática de um ato ilícito para com o Estado que sofreu o dano (REZEK, J.F., Direito Internacional Público. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 328).

⁴⁹ Para mais informações, observar DORATIOTO, 2000, p. 9.

responsabilizada pelo início dos combates⁵⁰ e o Paraguai acabou declarando-a. O país que declarasse a guerra chamava para si a responsabilidade pelo início formal e jurídico da guerra. A responsabilidade dizia respeito às condutas entre Estados, pressupunha atos ilícitos e a violação de deveres.⁵¹

2.3 A CONTINUAÇÃO DO CONFLITO

Depois da declaração de guerra do Paraguai, a Liga das Nações passou a estar mais presente nas discussões diplomáticas e na promoção da paz na região, já que antes, nada mais fazia do que simplesmente acompanhar as discussões. Em 15 de maio 1933, foi elaborado um informe que propunha um procedimento de reconciliação no qual se pedia que as hostilidades cessassem, que o Paraguai reconsiderasse os motivos pelos quais havia declarado o estado de guerra e que um compromisso de arbitragem fosse estabelecido.⁵²

Enquanto as negociações diplomáticas eram realizadas, o conflito continuou e a Bolívia seguia com sua ofensiva iniciada sob o comando do General Hans Kundt. Ocorreram batalhas em Nanawa, Toledo, Corrales, Herrera, Gondra, Arce, Alihuata e Fernández⁵³ (ver localização dos fortins na Figura 1). Porém, a falta de informação do exército boliviano, o sentimento de superioridade e o não cumprimento do princípio da economia de forças⁵⁴ fizeram com que a ofensiva boliviana não fosse suficiente para abater a defesa do exército paraguaio.⁵⁵

Ainda no ano de 1933, o Paraguai iniciou uma nova onda de ataques contra a Bolívia, com o objetivo de fazer as tropas bolivianas retrocederem o máximo possível, até onde os paraguaios buscavam estabelecer a linha de defesa definitiva.⁵⁶ Além de os paraguaios terem se saído vitoriosos dessa segunda ofensiva, também tomaram muitas armas de guerra de seu inimigo depois das batalhas ocorridas na região de Campo Via.

Em 3 de julho, também de 1933, foi criada uma Comissão dentro da Liga das

⁵⁰ DORATIOTO, 2000, p. 12.

⁵¹ MIRANDA, Jorge. Sobre a responsabilidade internacional. Rev. Fund. Esc. Super. Minist. Público Dist. Fed. Territ., Brasília, Ano 10, Volume 20, 2002, p. 308.

⁵² VARGAS 2016, p. 11 e 12.

⁵³ Para mais informações, observar ZOOK, 1997, p. 142 e SANTOS, 2012, p. 8.

⁵⁴ O princípio da economia de forças em uma guerra consiste em tirar o máximo proveito dos recursos disponíveis gastando o menos possível, afim de alargar as dimensões de sua ação (FAYARD, Pierre. Economia de Forças e comunicação, 2007, online).

⁵⁵ ZOOK, 1997, p. 131.

⁵⁶ Ibid., p. 165.

Nações para lidar com a contenda no Chaco. Essa comissão tinha como missão estudar a Guerra em ambiente americano e, para isso, enviou alguns observadores para Montevideo em novembro desse mesmo ano. A comissão visitou os países beligerantes, a região do Chaco, suas indústrias e as pequenas colônias, além do fronte de batalha.⁵⁷ Ao mesmo tempo, foi inaugurada a VII Conferência Panamericana que conseguiu promover um armistício (o único que se concretizou durante o conflito) dos dias 19 a 30 de dezembro, que se prorrogou até o dia 6 de janeiro de 1934. Com a volta dos conflitos armados e o fim do armistício, a Comissão da Liga criada no ano anterior declarou o encerramento seus trabalhos conciliatórios. A partir dos informes apresentados pela comissão, a Liga das Nações decidiu decretar um embargo para os países beligerantes, proibindo importações e vendas de armas para a Bolívia e o Paraguai, com o intuito de acabar com o conflito pelo esgotamento das fontes de material bélico.

Terminado o ano de 1933 e iniciado o ano de 1934, os dois países continuaram os combates e os países neutros vizinhos buscavam concretizar uma proposta de solução pacífica para o conflito, como anteriormente. Em setembro de 1934 foi criado um outro Comitê encarregado de buscar uma conciliação. Enquanto o Paraguai continuava procurando decidir apenas sobre o fim definitivo das hostilidades e sobre as garantias de segurança, a Bolívia dizia estar preparada para aceitar uma conciliação que punha fim às hostilidades.⁵⁸ Esse Comitê não alcançou êxito em sua proposta inicial, mas elaborou um informe que discorreu, dentre outros elementos, sobre as soluções recomendadas para o conflito. Entre elas, estão: cessações de hostilidades, medidas de segurança (distância em quilômetros que um exército deveria ficar do outro) e uma Conferência em Buenos Aires para discutir a paz um mês depois de terminadas as hostilidades.

No final do ano de 1934, foram realizadas duas batalhas que mostrariam a superioridade tática do exército paraguaio⁵⁹, rompendo com a frente boliviana e esgotando as forças militares de ambos países que começavam a projetar um fim das hostilidades num futuro próximo. A primeira dessas batalhas foi a de Carmen e seus resultados foram o caminho do Pilcomayo aberto⁶⁰ pelo Paraguai, a retirada do exército boliviano da região e o retrocesso da sua linha de defesa. A segunda batalha foi a de Yrendagüe. O resultado dessas duas batalhas foi extremamente importante para o

⁵⁷VARGAS 2016, p. 13

⁵⁸Ibid., p. 16.

⁵⁹Para mais informações, observar ZOOK, 1997, p. 224.

⁶⁰ZOOK, 1997, p. 212.

andamento do conflito. A derrota das tropas bolivianas levou a uma crise no seu comando militar e político, levando a renúncia do Presidente boliviano Salamanca, concluindo o ano de 1934.

O Paraguai estava vencendo a luta no campo de batalha e acabou por não aceitar nenhuma das soluções recomendadas pelos organismos internacionais nas tentativas de negociações. A Bolívia, por sua vez, aceitou as recomendações em sua totalidade, pois também estava tendo que lidar com uma crise política interna com a queda do presidente Salamanca no final do ano de 1934⁶¹ além das derrotas no campo de batalha. O Paraguai não iria aceitar nenhuma mediação sobre o território que tinha conquistado, pois não admitia perder em negociações diplomáticas aquilo que havia conquistado militarmente. O Comitê então retirou o embargo instituído em janeiro de 1934 pela Liga das Nações, sobre as importações e vendas de armas para a Bolívia e manteve a medida para o Paraguai, como forma de castigo pelo país não aceitar as soluções recomendadas. Assim, finalizaram-se as atividades da Liga das Nações no conflito, passando aos países americanos a tarefa de trabalhar em busca da paz.

Depois dos últimos acontecimentos, o exército boliviano concentrou sua linha de defesa na sua última posse no território do Chaco, Villa Montes. Elaborou-se uma concentração de artilharia jamais feita durante a guerra: foram construídas fortificações de campanha e utilizados cerca de 25.000 homens bolivianos. Mas no dia 11 de janeiro de 1935 os paraguaios “rodearam dois regimentos, mataram 330 homens e capturaram 200, obrigando os bolivianos a uma retirada.”⁶² Mesmo com esse cenário, no dia 11 de janeiro, os bolivianos conseguem tomar Tarairí, obrigando o exército paraguaio a retroceder posições.

2.4 O FIM DOS COMBATES ARMADOS

Em maio de 1935, iniciaram-se – novamente – reuniões com países neutros buscando um novo armistício e uma nova solução pacífica para o conflito. Em 13 de março de 1935, o Chile e a Argentina elaboraram propostas de paz que foram comunicadas em março ao Brasil, Estados Unidos e Peru, e os convidavam para a

⁶¹ VARGAS, 2016, p. 18

⁶² ZOOK, 1997, p. 233 e 234.

Conferência de Paz que se realizaria em Buenos Aires.⁶³ Sobre a atuação da Argentina, afirma Aguilera⁶⁴:

A Argentina utilizou o argumento da solução latino-americana do conflito para excluir a Liga das Nações e se consolidar como potência Sul-americana. Na prática, excluiu a maioria dos governos latino-americanos sob a consideração de que o conflito no Chaco pertencia somente ao sistema rio-platense. Essa restrição no tratamento do assunto permitiu o governo argentino fortalecer seus interesses econômicos no Chaco e armar o controle do comércio no Rio da Prata. (AGUILERA, 2011, p. 214).

A diplomacia brasileira percebeu a manobra diplomática argentina e recusou-se a participar da Conferência proposta em 1935, mesmo tendo o Peru e os Estados Unidos aceitado o convite. Assim, o Brasil passou a adotar postura diplomática de desaprovação da condução das negociações de paz do conflito do Chaco. Mas, em abril de 1935, aceitou um segundo convite para participar na busca da paz, determinando a inclusão dos Estados Unidos e do Uruguai nas negociações de forma direta.⁶⁵ Durante as negociações de paz, o Brasil e a Argentina travaram uma intensa disputa pela preponderância político-diplomática para obtenção da paz, procurando conseguir vantagens em acordos ferroviários e comerciais com os países beligerantes.⁶⁶

A paz só foi alcançada, finalmente, no dia 9 de junho de 1935, com a assinatura de um protocolo que solicitava uma Conferência de Paz para solucionar as questões que surgiram com o fim das hostilidades.

O Protocolo que deu início as reuniões para negociação da paz foi firmado em 12 de junho de 1935 a partir da reunião proposta pelos países latino-americanos. Continha 5 artigos e mais um protocolo adicional. O artigo 1º solicitava uma Conferência de Paz para resolver as questões que surgiram com o término do conflito armado e assinar um acordo direto entre os beligerantes ou submeter a questão à arbitragem da Corte de Justiça Internacional de Haya. O artigo 2º definia o fim das hostilidades nas posições militares daquele momento. O 3º se ocupava das medidas de segurança, como a desmobilização do exército com a redução de homens e proibição de compra de armamento bélico. O 4º artigo remetia a declaração de 3 de agosto de 1932,

⁶³ DORATIOTO, 2000, p. 17

⁶⁴ AGUILERA, Óscar Javier Barrera. La Guerra del Chaco como desafío al panamericanismo: el sinuoso camino a la Conferencia de Paz de Buenos Aires, 1934-1935. IN: Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura, vol 38, nº 1. Universidad Nacional de Colombia . Bogotá, Colombia, 2011, p. 214.

⁶⁵ DORATIOTO, 2000, 18.

⁶⁶ SILVEIRA, 2009, p. 9.

que dizia que os países beligerantes estavam de acordo com o não-reconhecimento de nenhuma conquista territorial por meios não-pacíficos. O 5º e último artigo declarava que o conflito armado estaria suspenso a partir do dia 14 de junho às 12 horas. O protocolo adicional solicitava o envio imediato da Comissão Militar Neutra que organizaria o cessar fogo e a fixação das linhas de separação territoriais.⁶⁷

O Protocolo que punha fim ao conflito foi finalmente ratificado em 20 e 21 de junho, respectivamente, pelo Paraguai e pela Bolívia, e a Conferência de Paz do Chaco iniciou seus trabalhos em 1º de julho de 1935. O Paraguai insistiu desde o início na desmobilização militar, receoso de que a Bolívia pudesse ganhar tempo, se recompor e reiniciar as hostilidades. Já a Bolívia exigia que a questão territorial fosse resolvida simultaneamente ao armistício, com a garantia ainda de um porto boliviano às margens do rio Paraguai. Rapidamente, a Bolívia perdeu sua primeira batalha diplomática na Conferência de Paz⁶⁸ e o artigo 3º do Protocolo, que se ocupava das medidas de segurança, foi cumprido em outubro desse mesmo ano⁶⁹, anteriormente a delimitação territorial.

Foi acordado que a questão seria entregue a um Tribunal Internacional para julgar a responsabilidade por três países: um escolhido pelo Paraguai, outro pela Bolívia e um terceiro por indicação e acordo de ambos. Nenhum país convidado aceitou, temendo a possibilidade de ter uma imagem negativa em relação ao possível agressor ao final do julgamento.⁷⁰ Durante o andamento das negociações, os interesses argentino, brasileiro e norte-americano delimitaram as decisões tomadas. Durante todo o período não foi discutida a responsabilidade pelo início da guerra.⁷¹

No ano de 1936 não houve muitos avanços nas negociações de paz por motivos políticos internos dos países beligerantes. Os respectivos governos foram derrubados por golpes militares, o que imobilizou a Conferência de Paz, já que os novos governantes adotaram posições mais intransigentes⁷². Os golpes militares demonstram que a Guerra do Chaco fortaleceu as Forças Armadas dos dois países e reforçaram o descontentamento delas com a realidade do pós-guerra. Ademais, os golpes de Estado com a sua proximidade temporal (no Paraguai em fevereiro e na Bolívia em maio)

⁶⁷ ZOOK, 1997, p. 244 e 245.

⁶⁸ Para mais informações, observar DORATIOTO, 2000, p. 19.

⁶⁹ Para mais informações, observar ZOOK, 1997, p. 251.

⁷⁰ SILVEIRA, 1997, p. 153.

⁷¹ DORATIOTO, 2000, p. 20.

⁷² Ibid., p. 21.

demonstram que os dois países sofreram consequências nas organizações governamentais, resultantes da Guerra do Chaco.

O Tratado de Paz, Amizade e Limites, resultado da Conferência de Paz, foi assinado em 21 de julho de 1938. A linha divisória entre os dois países foi discutida posteriormente e os países beligerantes renunciavam a responsabilidade pelo início da guerra, se mostrando disponíveis a recorrer a procedimentos conciliatórios.⁷³ A Conferência manteve suas atividades até o dia 23 de janeiro de 1939, data que marca o fim da questão chaquenha. Nenhum dos países beligerantes alcançou seus objetivos determinados no início do conflito. A Bolívia falhou em estender seu território até o Rio Pilcomaio e o Rio Paraguai, nem conseguiu um porto em Bahia Negra. Já o Paraguai, não alcançou a região na qual acreditava-se existir grandes reservas de petróleo, mas confirmou seu domínio sobre a maior parte do território em disputa.

O Congresso boliviano ratificou o tratado por 102 votos contra 7 e o plebiscito paraguaio aprovou a paz por 135.385 votos contra 13.204.⁷⁴ O conflito armado tinha chagado ao fim, o Tratado de Paz assinado e a Conferência havia encerrado suas atividades. Faltava, então, a delimitação das fronteiras entre a Bolívia e o Paraguai, questão que demorou muitos anos para ser resolvida e finalizada. A Comissão que fora criada com o protocolo adicional de 1938 apresentou a Memória Final de seus trabalhos em abril de 2009, quando foram declarados concluídos os trabalhos demarcatórios.⁷⁵

Os números revelados pela Guerra do Chaco são alarmantes. Acredita-se que a Bolívia teve 52.397 mortos, 21.000 homens foram capturados e desses 4.264 morreram em cativeiro. Já o Paraguai, teve cerca de 36.000 baixas. A partir desses números percebe-se a real dimensão no conflito que assolou a região do Chaco. O impacto territorial da Guerra do Chaco, somado ao tempo de duração do conflito e ao número de vítimas colocam essa guerra no grupo das maiores guerras da América Latina, juntamente com a Guerra da Tríplice Aliança e a Guerra do Pacífico.⁷⁶

Os combates armados no território chaquenho chegaram ao fim devido ao cansaço, exaustão financeira e inquietação interna, tanto do Paraguai quanto da Bolívia,

⁷³ DORATIOTO, 2000, p. 26.

⁷⁴ ZOOK, 1997, p. 258.

⁷⁵ YEGROS, 2013, p. 148.

⁷⁶ Para mais informações, observar MITRE, 2010, p. 4.

que fizeram com que os dois países perdessem a esperança de uma vitória total.⁷⁷ A Bolívia e o Paraguai tiveram consequências políticas internas derivadas da guerra: governo paraguaio, por exemplo, sofreu um golpe militar⁷⁸ em 17 de fevereiro de 1936, e a Bolívia passou por crise no estado liberal, que foi sucedido por experiências de reformismo de caráter militar.⁷⁹

Nos dias atuais,

A fronteira paraguaio-boliviana está formada por onze marcos principais que se estendem desde o rio Pilcomayo (I, *Esmeralda*; II, *10 de Octubre*; III, *Villazón o Sargento Rodríguez*; IV, *27 de Noviembre o Gabino Mendoza*; V, *Cerro Capitán Ustares o Coronel Cabrera*; VI, *Palmar das Islas*; VII, *Coroneles Sánchez*; VIII, *Cerro Chovoreca*; IX, *Cerrito Jara*), até o rio Negro (X, *12 de Junio*) e segue depois pelo leito deste até sua foz no rio Paraguai na denominada Bahía Negra (XI, *Conuencia dos Ríos Negro u Otuquis y Paraguai*) (YEGROS, 2013, p. 148).

⁷⁷ KAIN, Ronald Stuart. *The Chaco Dispute and the Peace System*. In: *Political Science Quarterly*. Vol. L, number 3. New York, September, 1935, p. 322.

⁷⁸ Para mais informações, observar MORAES, Ceres. *Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000. p. 28.

⁷⁹ Para mais informações, observar GALLEGU, Ferran. *La Postguerra del Chaco em Bolivia (1935 a 1939). Crisi del Estado Liberal y experiencias de Reformismo Militar*. Universidad, Autonoma de Barcelona, Barcelona, 1985.

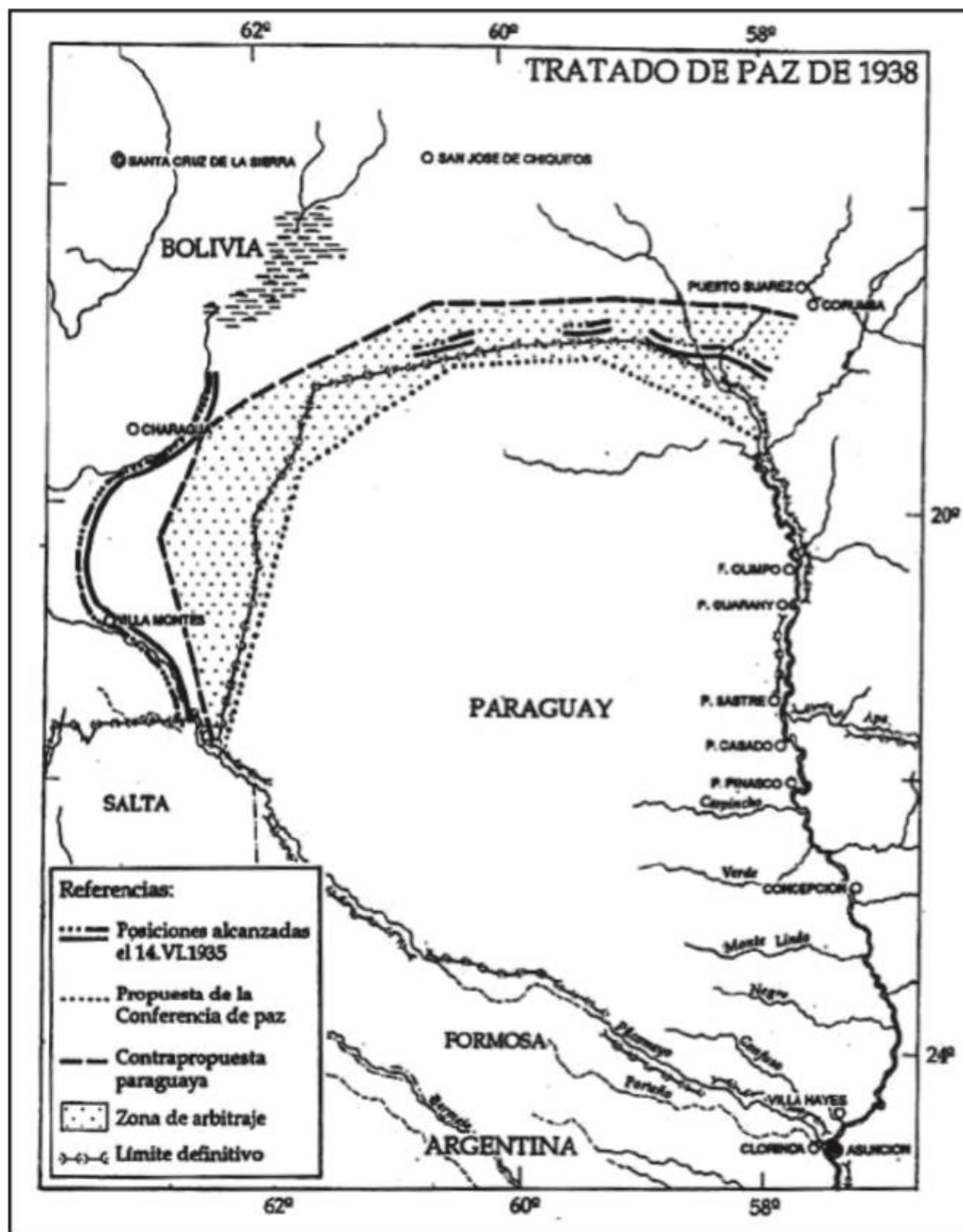


Figura 3: neste mapa é possível observar a área na qual se situou a zona de arbitragem durante as negociações pós-armistício, na qual se concentraram as discussões sobre as novas fronteiras que seriam adotadas. Também é possível analisar as posições alcançadas militarmente pelo exército paraguaio, a proposta da Conferência de Paz, a contraproposta paraguaia e a fronteira delimitada posteriormente. YEGROS, Ricardo Scavone. *História das relações internacionais do Paraguai*. Liliانا M. Brezzo, Coleção: Relações Internacionais: FUNAG, Brasília, 2013, p. 146.

III) ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA INTERNACIONAL NO CHACO

O comportamento da diplomacia juntamente com a falta de atitude dos organismos internacionais, somados à determinação dos dois países em conflito de se apossarem do Chaco, foram decisivos para os acontecimentos que estavam por vir e culminaram na guerra de fato. Além das pretensões dos países beligerantes, os interesses nacionais de outros países atuantes nas negociações de paz delinearam o andamento da procura pela paz.

3.1 DIFICULDADES NA BUSCA PELA PAZ

A historiografia discorre sobre o porquê da dificuldade de se chegar a um consenso diplomático sobre a divisão do território. Isso se deu tanto antes do conflito armado quanto depois de iniciado os combates, na busca pela paz. Para Kain, “uma das maiores fraquezas reveladas pelo sistema de paz era a falta de mecanismos para prevenir ou apurar a propagação dos confrontos dispersos entre as patrulhas bolivianas e paraguaias que levaram finalmente, ao conflito”.⁸⁰

As reuniões e conferências com diversos países que tiveram como pauta o conflito no Chaco, antes da declaração da guerra pelo Paraguai, aconteceram em Buenos Aires em 29 de setembro de 1927, com a reunião de diplomatas dos países envolvidos no conflito; Washington, em 13 de março até 13 de setembro de 1929 com a Conferência Internacional Americana de Conciliação e Arbitragem; Washington, em 20 de abril de 1931 até 30 de dezembro de 1932, com a Comissão dos Países Neutros; e a reunião diplomática que criou a Ata de Mendoza em 1º e 2 de fevereiro de 1933. Soma-se a esses eventos, as outras centenas de correspondências com as quais a diplomacia se comunicou na época para discutir assuntos relacionados à Guerra no Chaco.

Evidenciam-se alguns fatores decisivos para o andamento das discussões diplomáticas no pós-guerra e que dificultaram um acordo expresso em todas as reuniões pautadas anteriormente. Um deles era o inflamado discurso dos países beligerantes, que não aceitavam ceder um ao outro suas convicções para o alcance de um consenso. O outro era a falta de capacidade dos grupos internacionais (Liga das Nações, Grupo ABCP e a Comissão dos Neutros), que não obtiveram sucesso em várias tentativas na consolidação do fim da guerra e da concretização da paz. Soma-se a esses fatores o alto

⁸⁰ KAIN, 1935, p. 322.

grau de interferência dos interesses nacionais argentinos, brasileiros e norte-americanos nas negociações diplomáticas.

3.2 HOSTILIDADE DIPLOMÁTICA ENTRE OS BELIGERANTES E O PETRÓLEO

A dificuldade nas conversações sobre a paz nas reuniões internacionais durante e posteriores ao período da guerra foram marcadas pelo discurso inflamado dos países beligerantes. Nem a Bolívia e nem o Paraguai aceitavam ceder posições militares, diminuir o montante da compra de armamentos, se render aos pedidos dos organismos internacionais a favor da paz e muito menos abrir mão de suas ambições definidas sobre o território em litígio, desde iniciadas as primeiras tentativas de acordos sobre a propriedade do território, no século anterior à guerra.

No início do século XX, a Bolívia se encontrava como um país que funcionava economicamente a partir de um setor agrário de relações de produção atrasadas, caracterizadas por uma oligarquia de tipo senhorial. O setor minerador boliviano era responsável pelas exportações, enquanto o setor agrário abastecia o mercado interno. O controle estatal passou a ser feito pela oligarquia mineradora com o aumento da importância do estanho para a indústria dos países centrais.⁸¹

Um desses principais países centrais que tinha interesse na atividade extrativa boliviana é os Estados Unidos. Em 1921, confirmou-se a presença de petróleo no Chaco e a Standard Oil (truste petrolífero estadunidense) passou a explorá-lo, o que explica o apoio mascarado dos Estados Unidos aos bolivianos nas relações diplomáticas.⁸² Assim, o pensamento nacionalista boliviano entendeu que uma saída para o Atlântico tornava-se essencial para o escoamento do petróleo (através do rio Paraguai) agora explorado pelos americanos.⁸³ De acordo com Helder Silveira,

[...] considerava urgente, para a Bolívia, a obtenção de um triunfo para quebrar a série de desastres militares e diplomáticos que haviam transformado o país em um Estado de segunda classe. O Paraguai era, portanto, o inimigo preferido da liderança branca reivindicacionista de um porto no Rio Paraguai, seu objetivo fundamental. (SILVEIRA, 1999, P. 99).

⁸¹ SILVEIRA, Helder Gordim da. *Imperialismo e Interesses Nacionais na questão do Chaco Boreal*. IN: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, vol. XVI, nº 1, 1991, p. 93 a 103. p. 95 e 96

⁸² SILVEIRA, 2009, p. 654.

⁸³ Idem, 1991, p. 99.

Já o Paraguai tinha suas terras organizadas em latifúndios exportadores.⁸⁴ Várias dessas terras foram adquiridas por latifundiários argentinos, os quais detinham um grande poder de influência no pós-guerra da Tríplice Aliança, como mencionado anteriormente. As estradas de ferro argentinas passaram a se expandir até o território paraguaio e a exportação primária paraguaia era escoada via Buenos Aires⁸⁵, demonstrando assim o quanto as duas economias estavam interligadas e o quanto o Paraguai dependia da Argentina para manter sua economia estável.

Enquanto a Standard Oil se consolidava do lado boliviano, o governo argentino criava a YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) que tinha o “objetivo de argentinizar, na medida do possível, tanto a produção quanto a distribuição de petróleo e paralisar a penetração da Standard Oil no norte do país”.⁸⁶ Assim, protegendo seus respectivos interesses, a Argentina e os Estados Unidos passaram a defender as pretensões paraguaias, procurando manter e propor a melhor solução para os interesses conflitantes que beneficiariam eles mesmos. Essa postura caracterizou o padrão de comportamento desses países durante as reuniões diplomáticas em relação a Guerra no Chaco.

3.3 A BUSCA POR HEGEMONIA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Além da postura argentina de apoio ao Paraguai, percebe-se que ela buscou, por meio da guerra do Chaco, mais do que apenas um apoio para proteger seus interesses econômicos nacionais: a Argentina tentou usar o conflito no Chaco para consolidar uma hegemonia política de influência na América Latina por meio de sua posição de comandante nas negociações de paz.

O apoio argentino ao Paraguai foi delineado a partir de aspectos geoestratégicos e interesses econômicos provenientes de inclinações políticas internacionais. O governo argentino se preocupava com a possibilidade de a Bolívia conseguir acesso ao rio Paraguai, podendo modificar o equilíbrio da política internacional presente naquele momento no Rio da Prata, que era comandado pela Argentina.⁸⁷ Sabe-se hoje que a ajuda argentina ao Paraguai e a animosidade em relação

⁸⁴ SILVEIRA, 1991, p. 96.

⁸⁵ SILVEIRA, 1999, p. 97.

⁸⁶ BANDEIRA, L. A. Moniz. *A Guerra do Chaco*. Rev. Bras. Polít. Int. 41 (1), 1998, p. 178.

⁸⁷ ZUCCARINO, Maximiliano. *Los intereses argentinos en Paraguay durante la Guerra del Chaco (1932-1935): razones de un apoyo incondicional*. Universidad Nacional del Centro de la Pcia. De Buenos Aires / CONICET. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe. Vol. 28, n° 1.

a Bolívia foi fomentada pela opinião pública difundida pela imprensa de alcance nacional.⁸⁸

Assim se delineia a atuação política diplomática da Argentina durante a guerra e durante o processo de paz posterior aos conflitos no Chaco. A tentativa argentina de sempre estar à frente das discussões sobre o fim da guerra e nas reuniões internacionais que tratavam sobre a paz demonstra que esse país buscava construir na América Latina uma zona de influência política. Assim, a Argentina buscava defender seus interesses nacionais moldando o processo de paz com o objetivo de preservar seus interesses políticos frente a outros países e organismos internacionais.⁸⁹

O Brasil, embora tenha se declarado neutro, adotou uma posição anti-argentina e, conseqüentemente, pró-boliviana durante o conflito, pois via a Argentina como a “principal competidora no estabelecimento de uma supremacia política e militar na América do Sul.”⁹⁰ É por meio do processo de negociação da paz que o Brasil e a Argentina passaram a disputar uma preponderância político-diplomática.

Os Estados Unidos também entram no grupo dos países que buscaram fortalecer e expandir a sua influência da sua esfera de atuação. Buscavam organizar um sistema pan-americano com o objetivo de assentar sua hegemonia na América em contraposição aos interesses ingleses e europeus. Assim, entra em divergência os interesses norte-americanos e argentinos, devido à relação próxima dos argentinos com os ingleses, somando outro fator que dificultou as negociações de paz posteriores ao conflito.⁹¹

3.4 A RIVALIDADE ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Dentro da busca por uma zona de influência política e diplomática que abarcasse os países latino-americanos, a rivalidade entre os interesses brasileiros e argentinos particularizou as negociações em busca da paz e se estendeu para a relação diplomática dos dois países até nos assuntos que não envolvia o conflito no território chaquenho. De acordo com o livro sobre a *História Geral das Relações Exteriores*

⁸⁸ BANDEIRA, 1998, p. 86.

⁸⁹ DORATIOTO, 2000, p. 27.

⁹⁰ SILVEIRA, 2009, p. 655.

⁹¹ ZUCCARINO Y VILAR. *La rivalidad argentino-norteamericana y la Guerra del Chaco: una historia de confrontación y desconfianza. Un análisis de sus relaciones bilaterales en el marco de las negociaciones de paz de la mayor contienda armada sudamericana del siglo XX*. IN: Estudios Avanzados. 2013, p. 70.

*Argentinas*⁹², as políticas de competição entre a Argentina e o Brasil tiveram origem na tradicional rivalidade e desconfiança mútuas decorrentes das tentativas dos ministros das relações exteriores de cada país, de serem os precursores da paz na guerra do Chaco. Soma-se para compor a rivalidade, as tentativas de expansão de influência que tanto o Brasil quanto a Argentina fizeram para conseguir acesso a riqueza petrolífera do Oriente Boliviano.⁹³

Segundo esse mesmo livro de produção argentina, sobre as fontes brasileiras, entende-se que as preocupações do governo brasileiro em relação às projeções geopolíticas argentinas aumentaram, em grande medida, durante a década de 1930, devido a guerra do Chaco. De acordo com o trabalho argentino, as opiniões dos funcionários do governo brasileiro eram unânimes em relação as intenções do governo argentino: acreditavam que os argentinos buscavam estabelecer um predomínio econômico sobre os países vizinhos e ilhar o Brasil nas relações diplomáticas.⁹⁴

Entende-se que, para o Brasil, a guerra constituiu-se em um obstáculo para aumentar a sua presença na região. Já para a Argentina, foi um meio para reforçar a sua hegemonia sobre o Paraguai e quebrar a resistência boliviana em relação aos objetivos de Buenos Aires.⁹⁵ Em relação a atuação diplomática argentina, entende-se que:

A guerra do Chaco representou o apogeu e, paradoxalmente, o início do declínio da hegemonia argentina na região. A Argentina demonstrou sua força ao evitar a derrota militar paraguaia, impedir que os Estados Unidos se impusessem como condutor da solução de uma questão no Prata [...] e, ainda, por levar a Bolívia a estabelecer uma política de cooperação com seu vizinho do sul (DORATIOTO, 2000, p. 28).

A disputa geopolítica reafirmou a rivalidade entre os dois países na busca pela liderança na solução da para a guerra. A influência da Argentina na Bolívia foi mais bem-sucedida que a do Brasil, devido a falta de materialização dos tratados brasileiros-bolivianos na década de 1940.⁹⁶ A rivalidade entre o Brasil e a Argentina fez criar nesses dois países pretensões de caráter visionário. Em junho de 1945, a Argentina e a Bolívia ratificaram um acordo ferroviário que resultou na construção de 550 quilômetros entre Yacuiba e Santa Cruz, que facilitou o comércio entre esses dois países. De 1948 a 1955, o Brasil iniciou a construção de uma linha de 625km que liga Corumbá a Santa Cruz.

⁹² *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*, TOMO IX, Cap. 47, 2000. Disponível em: http://www.argentina-rree.com/historia_indice00.htm

⁹³ Ibid.

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ DORATIOTO, 2000, p. 28.

⁹⁶ Ibid., p. 28.

CONCLUSÃO

A historiografia do século passado atribuiu causas econômicas relacionadas ao petróleo da região como o principal motivo que ocasionou a Guerra do Chaco⁹⁷. Herbert S. Klein vê a causa da guerra no frágil sistema político boliviano, cujas tensões foram exacerbadas pela depressão decorrente da crise mundial de 1929⁹⁸, fato que, por sua vez, é negado por David Zook.⁹⁹ Entende-se que o petróleo, antes tido como causa principal da guerra, não tinha realmente importância. O que se encontrava em primeiro plano para a Bolívia era o desejo de estimular sua economia por meio de uma saída fluvial e a intenção de desviar a atenção dos problemas políticos internos. Já para o Paraguai, era o desejo de não perder mais terras do que já havia sido entregue para seus inimigos depois da guerra do Paraguai.

Uma das principais causas da Guerra do Chaco – além das pretensões de posse do território em litígio – foi a má execução da diplomacia dos países beligerantes e dos países envolvidos no conflito. As relações diplomáticas falharam por tantas vezes durante a guerra que foram incapazes de alcançar uma conciliação viável. A influência da política interna, a confiança de segmentos políticos nas soluções militares para clamar as aspirações nacionais, a crença dos países beligerantes de que a demora nas negociações seria favorável e a determinação de cada parte de possuir e conquistar o Chaco, são elementos que explicam a dificuldade dos dois países ao realizar as negociações.¹⁰⁰

Os países vizinhos que tinham interesse na organização geopolítica e econômica do Rio da Prata e que foram chamados para compor Comissões e participar de Conferências, também não facilitaram para a concretização de tratados de paz. O objetivo da Argentina, por exemplo, era exercer a liderança das negociações de paz de forma a preservar os seus interesses na região. Para conseguir essa liderança, a Argentina entrou em conflito com os interesses norte-americanos, o que contribuiu para o prolongamento da guerra.¹⁰¹ A diplomacia argentina é um exemplo que pode ser utilizado para ilustrar os países que acabaram por colocar suas vontades econômicas e

⁹⁷ ZOOK, 1997, p. 69.

⁹⁸ Apud DORATIOTO, 2000, p. 6: KLEIN, Herbert S. *Historia de Bolivia*. La Paz: Librería Editorial Juventud, 1994, p. 194.

⁹⁹ Para mais informações, observar ZOOK, 1997, p. 69.

¹⁰⁰ ZOOK, 1997, p. 68

¹⁰¹ DORATIOTO, 2000, p. 27.

políticas em primeiro plano, mesmo que sua obrigação devesse ser o de mediar as negociações e propor a paz para dar fim ao conflito armado.

Os interesses brasileiros foram de desencontro com os interesses argentinos e norte-americanos. O Brasil usou a Guerra do Chaco para aumentar sua presença na região e a Argentina conseguiu reforçar sua hegemonia sobre o Paraguai e alcançar a Bolívia, pressionando-a para a consolidação dos objetivos argentinos.¹⁰² Essa incompatibilidade dos interesses argentinos e brasileiros reforçou a rivalidade entre esses dois países, tornando complicada a criação de uma relação bilateral para resolução deste problema em específico. Os Estados Unidos se aproximaram do Brasil e isso dificultou a aspiração dos desejos diplomáticos argentinos. “Na prática, os países latino-americanos usaram o discurso da boa vizinhança para favorecer seus próprios interesses”.¹⁰³

Mesmo com todas as dificuldades diplomáticas já assinaladas, a guerra não teria começado se os países que pretendiam disputar a região chaquenha não tivessem confiado na forma belicosa de solucionar a contenda. Essa confiança foi reforçada pela opinião pública que não poderia ser ignorada pelos governos e que acreditava que ou um dos litigantes teria que renunciar suas vontades ou haveria um conflito no campo militar.¹⁰⁴ O Estado boliviano também propagou ideias que promoviam um enaltecimento da solução militar através da criação do Centro de Propaganda e Defesa Nacional na Bolívia, com o intuito de dirigir uma campanha de propaganda doméstica sobre os direitos bolivianos sobre o Chaco.¹⁰⁵

Não foram só as relações diplomáticas diretas entre os países que falharam no conflito, a atuação dos organismos internacionais também não aconteceu de forma ideal. A declaração de guerra pelo presidente paraguaio Eusebio Ayala no ano de 1932 veio atrelada à um apelo aos organismos internacionais para que eles dessem a atenção devida ao conflito na região chaquenha, já que não havia uma suficiente preocupação dada ao conflito. Depois da declaração de guerra formal é a Liga das Nações que vai à frente das reuniões e passa a atuar mais fortemente no conflito para a busca da paz.

¹⁰² DORATIOTO, 2000, p. 28.

¹⁰³ AGUILERA, 2011, p. 214.

¹⁰⁴ ZOOK, 1997, p. 43.

¹⁰⁵ Ibid., p. 31.

Celia Vargas¹⁰⁶ entende que o fracasso da Liga das Nações, que tinha como objetivo o fim das hostilidades no Chaco, é derivado de alguns fatores pontuais. Dentre eles, estão: o estado de decadência no qual a Liga se encontrava na década de 1930; a opinião pública sobre a Liga que já não acreditava na sua força no cenário internacional; a existência de várias iniciativas motivadoras que ocorreram de forma simultânea; a insuficiente influência que Liga exercia na localidade; a baixa interação da liga com os países latino-americanos e com os Estados Unidos; e as próprias motivações domésticas de todos os países envolvidos no conflito na dita busca pela paz.

O fracasso da Liga das Nações e a falta de uma instituição latino-americana para lidar com o conflito permitiram que os países envolvidos direta e indiretamente no conflito colocassem suas pretensões à frente de uma possível relação amistosa entre eles. Isso porque eles passaram a se empenhar para adquirir créditos próprios em detrimento de benefícios coletivos para construir a paz. A “apatia entre os Estados débeis, desunião e rivalidade entre os fortes, intransigência da parte dos beligerantes”¹⁰⁷ caracterizaram o cenário no pós-guerra.

Alguns estudos ainda da década de 1930 sobre a diplomacia aplicada na Guerra do Chaco indicam que acordos de paz e alguns dos procedimentos adotados foram mais capazes de encorajar a guerra do que evitá-la. Isso demonstra que as práticas diplomáticas realizadas no processo de busca pela paz já não eram mais efetivas e que as decisões tomadas por políticos presentes na Guerra do Chaco se tornaram um manual do que não deve ser feito para lograr a paz. Para serem efetivas, as Comissões e Conferências deveriam então possuir autoridade suficiente para intervir nas pequenas e grandes disputas, para estabelecer zonas neutras, criar regulamentos que prevenissem o combate armado entre forças rivais. Além disso, precisavam conseguir supervisionar a criação de propostas que sugeriam conflitos armados para que elas não se concretizassem e precisavam ser capazes de executar a arbitragem, mediação ou o julgamento de uma disputa em curso.¹⁰⁸

A Guerra do Chaco mostrou-se ao longo do tempo, um campo de experiência na resolução de conflitos. Percebeu-se que as opções estratégicas diplomáticas aplicadas

¹⁰⁶ VARGAS, 2016.

¹⁰⁷ AGUILERA, 2011, p. 211

¹⁰⁸ KAIN, 1935, p. 322 e 325.

nas tentativas de concretização da paz não foram eficazes devido a demora na aceitação dos documentos redigidos e intransigência nas relações dos países entre si, e com os organismos internacionais. Ineficiência essa que prolongou uma guerra que poderia ter durado muito menos tempo do que durou, fazendo com que os países beligerantes conduzissem seus homens a uma região árida, de difícil acesso, instalando-os em bases militares sem recursos suficientes para a sobrevivência, como a água.

Sendo assim, depreende-se deste trabalho a importância da condução das relações diplomáticas para a manutenção e para a promoção da paz nas mais diversas situações. A guerra como meio para atingir determinado objetivo não se demonstra eficaz. Prova disso é que depois de tantos anos de conflitos e tantas baixas (cerca de 100.000 mortos), nenhum dos países beligerantes alcançou suas pretensões lançadas nos primeiros anos de conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, Óscar Javier Barrera. *La Guerra del Chaco como desafío al panamericanismo: el sinuoso camino a la Conferencia de Paz de Buenos Aires, 1934-1935*. IN: Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura, vol 38, n° 1. Universidad Nacional de Colombia . Bogotá, Colombia, 2011, pp. 179-217.

BANDEIRA, L. A. Moniz. *A Guerra do Chaco*. Rev. Bras. Polít. Int. 41 (1), 1998, p. 162 a 197

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *As Políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa Boliviano-Paraguaia pelo Chaco (1926-1938)*. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000.

FAYARD, Pierre. *Economia de Forças e comunicação*, 12 de dezembro de 2007. IN: <http://www.comprendreetapliquersuntzu.com/2007/12/economia-de-forças-e-comunicação.html>. Último visto em: 20/05/2018.

FREIRE E ALMEIDA, D. *O DIREITO INTERNACIONAL DE GUERRA E OS CONFLITOS INTERNACIONAIS*. USA: Lawinter.com, Maio, 2007. Disponível em: www.lawinter.com/142007dfalawinter.htm . Último visto em: 20/05/2018.

GALLEGO, Ferran. *La Postguerra del Chaco em Bolivia (1935 a 1939). Crisi del Estado Liberal y experiències de Reformismo Militar*. Universidad, Autonomia de Barcelona, Barcelona, 1985

KAIN, Ronald Stuart. *The Chaco Dispute and the Peace System*. In: Political Science Quarterly. Vol. L, number 3. New York, September, 1935.

Manual de Linguagem Jurídico-Judiciária; 6ª Edição. Estado do Rio Grande do Sul; Poder Judiciário – Tribunal de Justiça; Porto Alegre, jul. 2005, 184 páginas. Disponível em:

https://www.tjrs.jus.br/export/publicacoes/vocabulario_juridico/doc/manual_linguagem_juridico_judiciaria_final.pdf. Último visto em: 20/05/2018.

MIRANDA, Jorge. *Sobre a responsabilidade internacional*. Rev. Fund. Esc. Super. Minist. Público Dist. Fed. Territ., Brasília, Ano 10, Volume 20, p. 305-317, jul./dez.

2002. Disponível em: http://www.escolamp.org.br/ARQUIVOS/20_11.pdf. Último visto em: 20/05/2018.

MITRE, ANTONIO. *Ligações perigosas: Estado e Guerra na América Latina. Working Paper nº 7*. In: Plataforma Democrática. Julho de 2010. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>; Último visto em: 20/05/2018.

PORCELLI, Luis A. *Argentina y la guerra por el Chaco Boreal*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1991.

REZEK, J.F., *Direito Internacional Público*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. http://www.lawinter.com/142007dfalawinter.htm#_ftn1. Último visto em: 20/05/2018.

SANTOS, Pedro Henrique Soares. *O Paraguai na Guerra do Chaco (1932-1935)*. Noctua: Revista de História, nº 5, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/noctua/article/view/4491>. Último visto em: 20/05/2018.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *A visão militar brasileira da Guerra do Chaco: projeção geopolítica e rivalidade internacional na América do Sul*. Antíteses, vol 2, nº 4. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil, 2009, pp. 649-667.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Argentina X Brasil: A questão do Chaco Boreal*. Coleção História, 16. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997, p. 186.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Imperialismo e Interesses Nacionais na questão do Chaco Boreal*. IN: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, vol. XVI, nº 1, 1991, p. 93 a 103.

Telegrama 824.512/47: The Minister in Bolivia (Feely) to the Secretary of State. La Paz, September 7, 1932. Disponível em: <http://digiroll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS/FRUS-idx?type=browse&scope=FRUS.FRUS1>. Último visto em: 20/05/2018.

VARGAS, Celia Analía Borba. *Mediación de la Liga de las Naciones en la Guerra del Chaco: una aproximación a las explicaciones de su fracaso*. Universidad de Brasilia,

Programa de Posgrado en Relaciones Internacionales: XVII Curso de Especialización en Relaciones Internacionales. Brasília, 2016. Disponible en: <http://bdm.unb.br/handle/10483/17542>. Último visto em: 20/05/2018.

YEGROS, Ricardo Scavone. *História das relações internacionais do Paraguai*. Liliana M. Brezzo, Coleção: Relações Internacionais: FUNAG, Brasília, 2013.

ZOOK, Capitán David H Jr. *La Conducción de la Guerra del Chaco*. Editorial El Lector. Paraguai, 1997, p. 463;

ZUCCARINO, Maximiliano. *Los intereses argentinos en Paraguay durante la Guerra del Chaco (1932-1935): razones de um apoyo incondicional*. Universidad Nacional del Centro de la Pcia. De Buenos Aires / CONICET. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe. Vol. 28, n° 1. Disponible en: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1504>. Último visto em: 20/05/2018.

ZUCCARINO Y VILAR. *La rivalidade argentino-norteamericana y la Guerra del Chaco: una historia de confrontación y desconfianza. Um análisis de sus relaciones bilaterales en el marco de las negociaciones de paz de la mayor contienda armada sudamericana del siglo XX*. IN: Estudios Avanzados. 2013, p. 67 a 89.

Eu, *Gabriella de Castro Pires*, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *A ação diplomática pela paz na Guerra do Chaco* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.